

COMISSÃO DE PREGÃO



CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Com vistas a cumprir as formalidades legais da Lei das Licitações, a Comissão de Pregão, vem através desta, **CONVOCAR**, a Empresa: **JOSE EDIVAN DA SILVA - ME** sob CNPJ nº: 08.387.831/0001-70, com sede à rua Valdenor Rolim, nº 58, centro, Solonopole/CE, representada por JOSE EDIVAN DA SILVA, portador do CPF: 021.696.709-04, no prazo de 05 (cinco) dias, para *assinatura de contrato*, resultante do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE-002/2022 - SEDESE**, que tem por objeto à **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEOS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DE USO DIÁRIO, DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL.**

Ereré - Ceará, em 24 de março de 2023.



ANTÔNIO FREIRE BESSA
PRESIDENTE-PREGOEIRO /PME
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ

Ciente: 24 / 03 / 2023.

JOSE EDIVAN DA SILVA
SILVA:02169670904

Digitally signed by JOSE EDIVAN
DA SILVA:02169670904
Date: 2023.03.27 07:43:15 -03'00'

JOSE EDIVAN DA SILVA
REPRESENTANTE LEGAL
JOSE EDIVAN DA SILVA - ME

CONTRATO N°. 2023.03.24.001-SEDESE

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, E DO OUTRO LADO A EMPRESA JOSE EDIVAN DA SILVA - ME, QUE ASSIM PARA O FIM QUE A SEGUIR DECLARAM:

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Padre Miguel Xavier de Moraes, 20, Centro, Ereré, Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.465.068/0001-25, neste ato representada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico, CNPJ/MF sob o nº 14.976.281/0001-27, através da respectiva Secretária a Sr.^a **MARIA LEIDIANA PESSOA FRANÇA**, portadora do CPF nº. 875.811.243-04, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **JOSE EDIVAN DA SILVA - ME** sob CNPJ nº: 08.387.831/0001-70, com sede à rua Valdenor Rolim, nº 58, centro, Solonopole/CE, representada por **JOSE EDIVAN DA SILVA**, portador do CPF: 021.696.709-04, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO N°. PE-002/2022 - SEDESE**, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, supletivamente pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamenta-se este contrato no **PREGÃO ELETRÔNICO N°. PE-002/2022 - SEDESE**, disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores - Lei de Licitações, da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Decreto Municipal nº 001 de 15 de janeiro de 2018, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- AQUISIÇÃO DE GÊNEOS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DE USO DIÁRIO, DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela execução do objeto deste contrato o valor global dos Lotes de **R\$ 8.030,66 (-OITO MIL E TRINTA REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS-)**, sujeito as incidências tributárias normais.

JOSE EDIVAN DA SILVA:02169670904
904
Digitally signed by JOSE EDIVAN DA SILVA:02169670904
Date: 2023.03.27 07:44:10 -03'00'

LOTE I - BACIAS, DEPOSITOS, PANEAS E CONGÊNERES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS	UND	MARCA	MAN.SEC 2.048		CRAS 2.055		SCFV 2.053		VALOR UNIT
1	BACIA EM PLÁSTICO PEQUENA	UND	CONSPLAST	6	R\$ 59,64	6	R\$ 59,64	6	R\$ 59,64	R\$ 9,94
2	BACIA EM PLÁSTICO MEDIA	UND	CONSPLAST	6	R\$ 72,96	6	R\$ 72,96	6	R\$ 72,96	R\$ 12,16
3	BACIA EM PLÁSTICO GRANDE	UND	CONSPLAST	4	R\$ 71,16	4	R\$ 71,16	4	R\$ 71,16	R\$ 17,79
4	BANDEJA EM PLÁSTICO TAMANHO MÉDIA	UND	CONSPLAST	4	R\$ 40,48	4	R\$ 40,48	4	R\$ 40,48	R\$ 10,12
5	BANDEJA INOX MEDIA	UND	MABEL	2	R\$ 50,80	2	R\$ 50,80	2	R\$ 50,80	R\$ 25,40
6	CANECA EM PLÁSTICO 200 ML	UND	PLASBERG	40	R\$ 131,20	30	R\$ 98,40	30	R\$ 98,40	R\$ 3,28
7	CONJUNTO DE COPO DE VIDRO C/ 6 UND	CJ	WHEATON	4	R\$ 43,04	4	R\$ 43,04	4	R\$ 43,04	R\$ 10,76
8	CUSCUZEIRA GRANDE	UND	ALUBAC	2	R\$ 65,00	1	R\$ 32,50	1	R\$ 32,50	R\$ 32,50
9	CUSCUZEIRA PEQUENA	UND	ALUBAC	2	R\$ 34,46	2	R\$ 34,46	1	R\$ 17,23	R\$ 17,23
10	DEPOSITO PARA AÇUCAR	UND	ERCA	2	R\$ 9,46	2	R\$ 9,46	2	R\$ 9,46	R\$ 4,73
11	DEPOSITO PARA CAFÉ	UND	ERCA	2	R\$ 10,92	2	R\$ 10,92	2	R\$ 10,92	R\$ 5,46
12	GARRAFA DE CAFÉ 2LT	UND	UNITERMI	2	R\$ 80,46	2	R\$ 80,46	2	R\$ 80,46	R\$ 40,23
13	GARRAFA TERMICA GRANDE	UND	INVICTA	1	R\$ 64,93	1	R\$ 64,93	1	R\$ 64,93	R\$ 64,93
14	JARRA PARA SUCO EM PLASTICO 3 LTS	UND	PLASMONT	4	R\$ 67,04	4	R\$ 67,04	4	R\$ 67,04	R\$ 16,76
15	PANELA DE PRESSÃO 10 LTS	UND	REAL	1	R\$ 76,69	1	R\$ 76,69	1	R\$ 76,69	R\$ 76,69
16	PANELA DE PRESSÃO 4,5 LTS	UND	JR	1	R\$ 42,92	1	R\$ 42,92	0	R\$ 0,00	R\$ 42,92
17	FRIGIDEIRA PEQUENA	UND	LUZ	2	R\$ 40,14	2	R\$ 40,14	1	R\$ 20,07	R\$ 20,07
18	FRIGIDEIRA MÉDIA	UND	LUZ	2	R\$ 62,74	2	R\$ 62,74	1	R\$ 31,37	R\$ 31,37
19	FRIGIDEIRA GRANDE	UND	LUZ	2	R\$ 96,48	2	R\$ 96,48	1	R\$ 48,24	R\$ 48,24
				R\$ 1.120,52		R\$ 1.055,22		R\$ 895,39		

LOTE II - FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS	UND	MARCA	MAN.SEC 2.048		CRAS 2.05		SCFV 2.053		VALOR UNIT
1	COLHER DE MESA INOX	UND	TRAMONTINA	50	R\$ 156,50	50	R\$ 156,50	50	R\$ 156,50	R\$ 3,13
2	COLHER DE ARROZ	UND	MARTINOX	2	R\$ 7,46	2	R\$ 7,46	2	R\$ 7,46	R\$ 3,73
3	CONCHA PEQUENA	UND	SQ	2	R\$ 15,04	2	R\$ 15,04	2	R\$ 15,04	R\$ 7,52

JOSE EDIVAN DA SILVA:0216967090
Digitally signed by JOSE EDIVAN DA SILVA:0216967090
Date: 2023.03.27 07:44:34 -03'00'



4	ESCORREDOR DE MACARRÃO GRANDE EM ALUMINIO	UND	DU SERTÃO	1	R\$ 32,57	1	R\$ 32,57	1	R\$ 32,57	R\$ 32,57
5	ESPRESSO DE ALHO EM METAL	UND	UD+	2	R\$ 14,06	2	R\$ 14,06	2	R\$ 14,06	R\$ 7,03
6	FACA DE COZINHA GRANDE	UND	HOME	3	R\$ 41,46	3	R\$ 41,46	2	R\$ 27,64	R\$ 13,82
7	FACA DE MESA EM INOX	UND	TRAMONTINA	50	R\$ 156,50	50	R\$ 156,50	50	R\$ 156,50	R\$ 3,13
8	FOSFORO PCT C/ 100 UND	PCT	GABOARDI	4	R\$ 9,68	4	R\$ 9,68	4	R\$ 9,68	R\$ 2,42
9	GARFO DE MESA INOX	UND	TRAMONTINA	50	R\$ 173,00	50	R\$ 173,00	50	R\$ 173,00	R\$ 3,46
10	GUARDANAPO 23X22 CM PCT C/ 50 UND	PCT	GIRASSOL	1	R\$ 1,46	1	R\$ 1,46	1	R\$ 1,46	R\$ 1,46
11	PANO DE COAR CAFÉ	UND	SANTA INES	2	R\$ 2,94	2	R\$ 2,94	2	R\$ 2,94	R\$ 1,47
12	PEGADOR DE MACARRÃO	UND	BRAVINOX	2	R\$ 18,98	2	R\$ 18,98	2	R\$ 18,98	R\$ 9,49
13	PRATO EM VIDRO TAM. G	UND	DURALEX	20	R\$ 73,40	20	R\$ 73,40	10	R\$ 36,70	R\$ 3,67
					R\$ 703,05		R\$ 703,05		R\$ 652,53	

LOTE III - DESCARTÁVEIS I

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS	UND	MARCA	MAN.SEC 2.048		CRAS 2.055		SCFV 2.053		VALOR UNIT
1	COLHER DE MESA DESCARTAVEL 170 MM - PCT C/ 100 UND	PCT	ULTRA	20	R\$ 53,00	20	R\$ 53,00	20	R\$ 53,00	R\$ 2,65
2	COPO DESCARTAVEL P/ CAFÉ 50 ML - PCT C/ 100 UND	PCT	ULTRA	20	R\$ 38,80	20	R\$ 38,80	20	R\$ 38,80	R\$ 1,94
3	COPO DESCARTAVEL 150 ML - PCT C/ 100 UND	PCT	ULTRA	40	R\$ 124,40	40	R\$ 124,40	40	R\$ 124,40	R\$ 3,11
4	COPO DESCARTAVEL 200 ML - PCT C/ 100 UND	PCT	ULTRA	20	R\$ 82,00	20	R\$ 82,00	20	R\$ 82,00	R\$ 4,10
5	PRATO DESCARTAVEL RASO TAM M - PCT C/ 10 UND	PCT	ULTRA	80	R\$ 165,60	80	R\$ 165,60	80	R\$ 165,60	R\$ 2,07
6	PRATO DESCARTAVEL RASO TAM G - PCT C/ 10 UND	PCT	ULTRA	40	R\$ 112,00	40	R\$ 112,00	40	R\$ 112,00	R\$ 2,80
7	PRATO DESCARTAVEL FUNDO TAM M - PCT C/ 10 UND	PCT	ULTRA	80	R\$ 168,80	80	R\$ 168,80	80	R\$ 168,80	R\$ 2,11
8	PRATO DESCARTAVEL FUNDO TAM G - PCT C/ 10 UND	PCT	ULTRA	40	R\$ 109,20	40	R\$ 109,20	40	R\$ 109,20	R\$ 2,73
					R\$ 853,80		R\$ 853,80		R\$ 853,80	

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS	UND	MARCA	MAN.SEC 2.048		CRAS 2.055		SCFV 2.053		VALOR UNIT
------	-----------------------------	-----	-------	------------------	--	---------------	--	---------------	--	---------------



1	BALDE PLASTICO 5 LTS.	UND	MERCOMPLAS	4	R\$ 16,40	3	R\$ 12,30	3	R\$ 12,30	R\$ 4,10
2	BALDE PLASTICO 8 LTS.	UND	BS PLAST	4	R\$ 20,28	4	R\$ 20,28	4	R\$ 20,28	R\$ 5,07
3	BALDE PLASTICO 20 LTS	UND	CONSPLAST	2	R\$ 13,10	2	R\$ 13,10	2	R\$ 13,10	R\$ 6,55
4	CESTO EM PLÁSTICO TELADO PARA LIXO 8L	UND	CONSPLAST	4	R\$ 66,12	4	R\$ 66,12	4	R\$ 66,12	R\$ 16,53
					R\$ 115,90	R\$ 111,80		R\$ 111,80		
					R\$ 2.793,27	R\$ 2.723,87		R\$ 2.513,52		

JOSE EDIVAN DA SILVA:02169670
904

Digitally signed by
JOSE EDIVAN DA
SILVA:02169670904
Date: 2023.03.27
07:58:32 -03'00'



CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, correrão por conta da dotação orçamentária nº: 09.01 08.122.0816.2.048 - Manutenção e Funcionamento da Sec. Tab. Des. Social e Sustentável /09.06 08.244.0801.2.055 - Manutenção da Assistência Social Básica / 09.06 08.243.0802.2.053 - Fortalecimento de Vínculos: Crianças e Adolescentes; elemento de despesa: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO; com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da PME, consignado no Orçamento Municipal de 2023.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O contrato terá um prazo de vigência até **31 DE DEZEMBRO DE 2023**, a partir da data da assinatura, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 e incisos da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. No interesse da CONTRATANTE, o objeto deste Edital, Termo de Referência e anexos poderá ser suprimido ou acrescido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, § 1º e 2º, inciso II da Lei nº 8666/93.

6.2- No interesse da Administração, o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

6.3- A Licitante Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias.

6.4- Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

6.5 - A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.6 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.7 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA DO OBJETO, DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Poderão ser firmados contratos, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

7.2. **DAS ORDENS DE COMPRAS:** Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicarão os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da CONTRATANTE.

7.2.1. A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu

número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

7.2.2. O contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos/serviços serão entregues nas seguintes condições:

a) Nos locais determinados pela administração do presente processo licitatório indicado na Ordem de Compra;

b) No prazo de no máximo de **5 (CINCO) dias corridos**, após o recebimento da Ordem de Compra no horário de 07h às 13h (horário local).

7.2.3. O aceite dos produtos pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos entregues.

7.2.4. Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

7.2.5. Para os produtos objetos deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome da(s) unidade(s) gestora(s) do Município de ERERÉ/CE.

7.2.5.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a(s) unidade(s) gestora(s).

7.2.6. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

7.3. Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.4. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

5. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos produtos entregues.

7.5.1. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.7. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.7.1. Não produziu os resultados acordados;

7.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.8. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

7.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

7.10. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.12 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.

7.13 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

7.14- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO, REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO

8.1. **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento, inclusive a margem de lucro.

8.2. **REAJUSTE:** Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

8.3. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

EVENTOS:	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:
I- Forjar a classificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/PL nº 3074/2011.

Rua: Padre Miguel Xavier de Moraes nº.20, Centro, Ereré-Ceará, Cep: 63.470-000, E-mail:

licitaçaoerer2021@gmail.com, CNPJ: 12.465.068/0001-25

JOSE EDIVAN DA
SILVA:0216967090

Digitally signed by JOSE
EDIVAN DA SILVA:0216967090
Date: 2023.03.27 07:39:16
+03'00'



II- Descumprir prazos estabelecidos pelo pregoeiro durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- Desistir do lance, sem justificativa, durante a sessão pública ou não manter a proposta na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- Não apresentar ou deixar de apresentar documentação solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar proposta comercial em desacordo com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar documentação falsa durante a licitação ou contratação.	Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. Comunicar ao Ministério Público Estadual e ou Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as condições habilitatórias durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata.	9. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 10. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no edital e termo de referência.	11. Advertência 12. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- Não efetuar a troca do objeto, quando notificado, durante a contratação.	13. Advertência; 14. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 15. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	16. Advertência 17. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
XII- Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	18. Advertência 19. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 20. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.





XIII- Deixar de entregar documentação original exigida neste Edital (quando da utilização da Modalidade de Pregão Eletrônico) durante a licitação ou contratação.	21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
XIV- Comportar-se de modo inidôneo na licitação ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regramento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	22. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. 23. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XV- Cometer fraude fiscal durante a licitação ou contratação.	24. Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. 25. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 26. Comunicar ao Ministério Público Federal e ou Estadual.
XVI- Não recompor níveis de serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual.	27. Impedimento de licitar com a PME pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	28. Impedimento de licitar com a PME por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- Não celebrar contrato, em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	29. Impedimento de Licitar com o município de ERERÉ por, no mínimo, 1(um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	30. Impedimento de licitar com a PME por, no mínimo, 2 (dois) anos. 31. Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.
XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	32. Impedimento de licitar com a PME por, no mínimo, 1 (um) ano. 33. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
XXI- Denegrir ou caluniar equipes técnica e do pregoeiro, bem como pessoas que integram os processos da PME, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	34. Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, pelo período de 5 (cinco) ano.
XXII- Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	35. Declaração de inidoneidade
XXIII- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	36. Declaração de inidoneidade
XXIV- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	37. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo.

	38. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXV- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	39. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 40. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVI- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;	41. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 42. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVII- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública	43. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 44. Publicação extraordinária da decisão condenatória.

9.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da PME que deverá examinar a legalidade da conduta da contratada. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela PME, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.3. Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a PME, poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a vencedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 7º da Lei nº 10.250/2002.

9.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela PME ou cobradas diretamente da pessoa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Edital.

9.5. O licitante/contratado será informado que está passível da aplicação da sanção e terá o direito de exercer a defesa prévia no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999.

9.5.1. Transcorrido o prazo de defesa prévia com ou sem manifestação, o processo será encaminhado para as análises devidas e para posterior decisão sobre a aplicação da sanção pela autoridade superior.

9.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

9.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Compra e ou Serviço.

10.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo contratual, inclusive com o fornecimento do objeto do certame, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

- 10.3. Fiscalizar o objeto deste contrato através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.
- 10.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 10.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.
- 10.6. Determinar o horário da realização da entrega dos produtos podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.
- 10.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 10.8. Indicar os locais onde serão entregues/prestados os produtos/serviços.
- 10.9. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.10. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 10.11. Exigir da Contratada, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.
- 10.12. Receber o objeto do contrato, através do Setor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade com o art. 73, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1- Entregar os produtos/equipamentos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 11.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 11.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.
- 11.5 - Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 11.6 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.7 - Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.
- 11.8 - Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 11.9 - Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.
- 11.10 - Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

11.11 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.12 - Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, normas técnicas, as leis e os regulamentos pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1- As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva":

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2- Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3- Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12.4- A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93;

13.1.1. A Rescisão de contrato poderá ser:

JOSE EDIVAN DA
SILVA:021696709
04

Digitally signed by JOSE
EDIVAN DA
SILVA:02169670904
Date: 2023.03.27 08:02:05
-03'00'

a) Determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da lei 8.666/93, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o disposto no art. 109, "I", letra "e", da mesma lei;

b) Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a contratante, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecimento no § 1º do art. 79 da Lei 8.666/93;

c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

13.2. A Rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e ampla defesa.

13.3.1. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado do início de serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

l) A supressão, por parte da Administração, dos materiais, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 em caso de não concordância por parte da empresa;

m) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

p) O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

q) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

JOSE EDIVAN DA
SILVA:0216967090
4


Digitally signed by JOSE
EDIVAN DA SILVA:02169670904
Date: 2023.03.27 08:02:27
-03'00'

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do Município de IRACEMA - Ce, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato não passíveis de solução pela via administrativa, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E assim, por estarem justos e acordes, após lido e julgado conforme, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, perante 02 (duas) testemunhas idôneas que também o assinam, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.


ERERÉ - CE, 24 de março de 2023.



MARIA LEIDIANA PESSOA FRANÇA
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ
CONTRATANTE

JOSE EDIVAN DA SILVA: Digitally signed by JOSE EDIVAN
DA SILVA:02169670904
SILVA:02169670904 Date: 2023.03.27 08:02:57 -03'00'

JOSE EDIVAN DA SILVA
REPRESENTANTE LEGAL
JOSE EDIVAN DA SILVA - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. 
NOME João Vitor Reis Araújo
CPF N.º 611.191.873.70

2. 
NOME Cleonice Maria Alves
CPF N.º 063.135.483-29

EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-002/2022-SEDESE.

OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DE USO DIÁRIO, DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL.

➤ **CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA:** SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO.

09.01 08.122.0816.2.048 – Manutenção e Funcionamento da Sec. Tab. Des. Social e Sustentável;
09.06 08.244.0801.2.055 – Manutenção da Assistência Social Básica;
09.06 08.243.0802.2.053 - Fortalecimento de Vínculos: Crianças e Adolescentes;

➤ **ELEMENTO DE DESPESA:**

3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

VALOR GLOBAL: R\$ 8.030,66 (-OITO MIL E TRINTA REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS-).

EMPRESA: JOSE EDIVAN DA SILVA - ME sob CNPJ nº: 08.387.831/0001-70, com sede à rua Valdenor Rolim, nº 58, centro, Solonopole/CE.

DATA DA ASSINATURA: 24 DE MARÇO DE 2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31 DE DEZEMBRO 2023.

ASSINA PELA CONTRATANTE MARIA LEIDIANA PESSOA FRANÇA.

ASSINA PELA CONTRATADA: JOSE EDIVAN DA SILVA - REPRESENTANTE LEGAL - JOSE EDIVAN DA SILVA - ME.

Ereré - CE, 14 de março de 2023.



ANTÔNIO FREIRE BESSA
PRESIDENTE-PREGOEIRO / PME
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

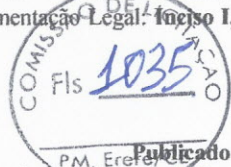
Certifico para os devidos fins, que foi publicado por meio de afixação no quadro de avisos de publicações dessa municipalidade, o Extrato de Contrato do processo licitatório, na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, referente à **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-002/2022-SEDESE**, que tem por objeto. **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DE USO DIÁRIO, DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL**, conforme estabelece a legislação em vigor.

Ereré - CE, 14 de março de 2023.

ANTÔNIO FREIRE BESSA
PRESIDENTE-PREGOEIRO / PME
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ

LICITAÇÃO – Unidade Administrativa: **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo** – Regente: **Comissão de Licitação** – Processo Originário: **Inexigibilidade nº 2023.03.21.01/INEX/PMC** – Objeto: **Contratação de atração musical (Felipe Amorim), para realização de 01 (um) show em comemoração alusiva ao 35º Aniversário de Emancipação Política do Município de Croatá/CE** – Favorecida: **FELIPE AMORIM & CIA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº: 43.144.561/0001-77 – Valor: **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)** – Fundamentação Legal: **Inciso I, art. 25, Lei Federal nº 8.666/93** –

ANTÔNIO ROQUE DE CARVALHO,
Presidente da Comissão de Licitação



Publicado por:
Antonio Roque de Carvalho
Código Identificador: D3B77165

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CROATÁ – Título: **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** – Unidade Administrativa: **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo** – Regente: **Comissão de Licitação** – Processo Originário: **Inexigibilidade nº 2023.03.21.02/INEX/PMC** – Objeto: **Contratação de atração musical (Tarcísio do Acordeon), para realização de 01 (um) show em comemoração alusiva ao 35º Aniversário de Emancipação Política do Município de Croatá/CE** – Favorecida: **TA SHOWS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 43.202.769/0001-03 – Valor: **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)** – Fundamentação Legal: **Inciso I, art. 25, Lei Federal nº 8.666/93**

ANTÔNIO ROQUE DE CARVALHO,
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Antonio Roque de Carvalho
Código Identificador: DE64053D

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CROATÁ – Título: **AVISO DE CONTRATAÇÃO** – Termo Original: **Contrato Nº 2023.03.20.01** – Processo Originário: **Dispensa de Licitação Nº 2023.03.15.02/DL/PMC** – Objeto: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de reforma de estofados das poltronas (assentos e encostos) de ônibus escolares para atender a demanda da Secretaria de Educação do Município de Croatá/CE** – Contratante: **Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças** – Contratada: **EGR COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ nº 24.083.452/0001-42 – Valor: **R\$ 16.975,00 (dezesseis mil e novecentos e setenta e cinco reais)** – Data da Assinatura do Contrato: **20/03/2023** – Vigência: **31/12/2023** – Fundamentação Legal: **§único, art. 61 e art. 62, Lei Federal nº 8.666/93** – Signatários: **Libânia Marques Oliveira de Sousa (CONTRATANTE); Gabriel Mansueto Rocha Neto (CONTRATADA)**.

Publicado por:
Antonio Roque de Carvalho
Código Identificador: 54FD5F9F

**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
ECONÔMICO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO**

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-002/2022-SEDESE. **OBJETO:** SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE

LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DE USO DIÁRIO, DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL. **CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA:** SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO. 09.01.08.122.0816.2.048 – Manutenção e Funcionamento da Sec. Tab. Des. Social e Sustentável; 09.06.08.244.0801.2.055 – Manutenção da Assistência Social Básica; 09.06.08.243.0802.2.053 – Fortalecimento de Vínculos: Crianças e Adolescentes; **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO. VALOR LOCAL: R\$ 8.030,66 (-OITO MIL E TRINTA REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS-). **EMPRESA:** JOSE EDIVAN DA SILVA - ME sob CNPJ nº: 08.387.831/0001-70, com sede à rua Valdenor Rolim, nº 58, centro, Solonopole/CE. **DATA DA ASSINATURA:** 24 DE MARÇO DE 2023. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 31 DE DEZEMBRO 2023. **ASSINA PELA CONTRATANTE** MARIA LEIDIANA PESSOA FRANÇA. **ASSINA PELA CONTRATADA:** JOSE EDIVAN DA SILVA - REPRESENTANTE LEGAL - JOSE EDIVAN DA SILVA - ME.

Publicado por:
Antônio Freire Bessa
Código Identificador: 4C93DB9C

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO URBANO EXTRATO DE
PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO**

A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO do município de Erere, torna público o extrato do Aditivo ao Contrato 2022.09.19.001-SEINFRA decorrente do processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº TP-003/2022-SEINFRA, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REALIZAR PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO, EM RUAS LOCALIZADAS NO SÍTIO CATOLÉ E NO DISTRITO DE SÃO JOÃO, ZONA RURAL, DESTE MUNICÍPIO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO, CONFORME PLANILHAS DE ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DE CÁLCULO, COMPOSIÇÃO DE B.D.I, COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS, MEMORIAL DESCRITIVO E ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART, EM ANEXO. **CONTRATANTE:** SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO. **CONTRATADO(A):** REMC CONSTRUTORA & EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI. **PRAZO:** 16 DE JULHO DE 2023. **ASSINA PELO(A) CONTRATADO(A):** JOSÉ GUALBERTO DE ANDRADE NETO. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** CARLOS HENRIQUE PESSOA DE SOUZA.

Publicado por:
Antônio Freire Bessa
Código Identificador: 54D71133

**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTIM**

**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTIM
RESOLUÇÃO Nº 002/2023**

Altera a Resolução nº 004/2007, para equiparar o valor das diárias da Câmara Municipal de Fortim aos valores praticados pelo Poder Executivo e dá outras providências.